

---

## Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)

---

Rita Inês Paetzhold Pauli<sup>1</sup>

Guilherme Delgado na obra *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)* aborda a trama de relações econômicas, sociológicas e ambientais da agricultura brasileira, em um longo período histórico de desenvolvimento, com o resgate da política governamental, da pressão econômica externa e das políticas sociais internas. Além disso, cobre uma lacuna da bibliografia nacional ao promover uma análise, sem interrupção histórica, do desenvolvimento da economia agrícola brasileira, em quase cinquenta anos.

A periodização adotada pode ser assim descrita: a) o período que compreende 1965-85, com o surgimento da denominada modernização conservadora da agricultura brasileira, abarcando vinte anos de expansão; b) o longo período de transição que vai até 1999, em que a economia brasileira (e o setor agrícola) enfrenta crises de inserção externa no âmbito de comércio e no movimento de capitais; e c) o período pós-2000, em que ocorre a reestruturação da economia do agronegócio.

A análise não se configura em uma abordagem setorial, mas sim num esforço que considera as dimensões produtivas e de serviços internos, social e ambiental em uma dimensão global. Assim, as implicações não se circunscrevem à agricultura e à agroindústria, mas instigam uma advertência em relação aos desdobramentos futuros de um modelo de inserção externa de *especialização dependente* que coloca o país em posição vulnerável diante das crises globais. Clama por uma mudança de rumo do que define como *economia do agronegócio* em direção a um *pacto de economia política do agronegócio*. Ao longo da obra perpassa a preocupação do autor acerca do “descuido” em relação ao mercado interno, sendo esse um dos aspectos a considerar na definição de um novo modelo, apesar de isso não estar explicitado

---

<sup>1</sup> Professora e pesquisadora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: rita.pauli@gmail.com.

nas conclusões finais (mesmo que pressupostamente).

A primeira parte, intitulada “A modernização conservadora da agricultura brasileira”, consiste em uma reprodução histórica original da tese de doutoramento do autor, resumo dos três capítulos históricos iniciais. A escolha indutiva representa o arcabouço central para a compreensão das diferentes dimensões analíticas do primeiro período abordado pelo autor, uma vez que vários elementos desse período reaparecem com outras determinações no período recente.

Um resgate histórico importante é vislumbrado na segunda parte, que trata da transição neoliberal ao início do século XXI. Este período compreende a transição entre dois projetos de economia política: o da modernização conservadora (1965-1985) e o da economia do agronegócio (plenamente vigente de 2000 até hoje). O apelo à exportação de *commodities* ocorre tanto na crise de 1982 (uma espécie de embrião desse apelo)<sup>2</sup> quanto na efetivação dessa estratégia econômica nos anos 2000, a pauta exportadora passando por um forte processo estrutural de reprimarização, e que pelos seus desdobramentos específicos promovem o crescimento de poucos setores produtivos e impactam a renda territorial e os preços das propriedades rurais. Apresenta um resgate da política agrícola governamental com as especificidades da Constituição de 1988 e demais desdobramentos deste período histórico, configurando-se na expressão última resultante desse processo (interno e externo) na Conta Corrente do Balanço de Pagamentos.

No que diz respeito aos “Fundamentos teóricos do capital financeiro na agricultura brasileira”, aborda o relançamento do Sistema Nacional do Crédito Rural, cujos recursos na essência são oriundos das mesmas fontes e continua sendo canalizado para os agronegócios, tal como ocorrera no primeiro período de análise. O crescimento das cadeias agroindustriais no período de 2000 a 2010 é explicado pelo autor em função de fatores externos e internos (inserção externa e economia política interna, o que caracteriza como “economia do agronegócio”).

Na terceira e última parte da obra, Delgado delinea a preocupação em relação aos limites econômicos e às consequências sociais desse projeto que resulta em um *pacto do agronegócio se espraiando na economia*. Assim, a consequência crucial ocorreria sobre os setores

---

<sup>2</sup> O fim do período de transição ocorre com a crise cambial de 1999. Essa interrupção demarca, segundo o autor, um novo projeto de acumulação de capital no setor agrícola, concertado na política econômica e financeira do Estado.

internos, que estariam fortemente excluídos do projeto de desenvolvimento pelo setor primário exportador. O autor adota o conceito teórico de Rui Mauro Marini para caracterizar o modo de dependência em que o Brasil está inserido e mostra a forma de manifestação empírica de dependência a partir da análise do “déficit” na Conta Corrente do comércio de mercadorias e serviços, sendo que esta “... é tão somente expressão fenomênica de relações econômicas dependentes, urdidas no próprio processo de ajuste primário-exportador” (DELGADO, 2013, p.113).

A contribuição decisiva, portanto, decorre do uso adequado dos elementos teóricos adotados para explicar a forma concreta que assumem a *superexploração* e a *dependência* como limites ao desenvolvimento, retomando algumas obras e destacando as de Marini e Furtado (Capítulo 6). Vale destacar aqui a terceira forma de exploração esboçada por Marini, a chamada “expropriação do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (DELGADO, 2013, p.121)<sup>3</sup>.

Esse elemento teórico na concreção se verificaria a partir de uma análise criteriosa do autor acerca de laudos periciais do INSS, condicionais à concessão de “benefícios por incapacidade” do seguro social. Assim, o autor evidencia o setor sucroalcooleiro,<sup>4</sup> que, em 2005, concedeu mais de 18 mil benefícios aos trabalhadores vinculados a alguma atividade relacionada ao setor. Importante destacar que o grau de morbidade ocorre nos dois tipos de emprego – agrícola e industrial. O autor admite que tal realidade também se verifica no caso dos trabalhadores urbanos, mas que é mais presente nas atividades agrícolas e agroindustriais.

Em relação à questão da dependência, o autor a conceitua como sendo “relação de subordinação entre nações formalmente independentes em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. A produção e a exportação se expandem a elevadas taxas, porém as taxas de salário, emprego e massa salarial geradas no processo de produção não crescem ou decrescem. A análise privilegia a origem do excedente que permite sua apropriação ou a superexploração da força de trabalho. Esta parte fornece elementos importantes para aprofundar desdobramentos analíticos que privile-

---

<sup>3</sup> Resgatado pelo autor da obra de Rui Mauro Marini, *Dialética da Dependência*.

<sup>4</sup> O autor destaca as condições de morbidade reveladas no setor sucroalcooleiro, em que se verificaria mais nitidamente, e expropriação de parte do trabalho necessário para o trabalhador repor sua força de trabalho.

giem a ideia de dependência estrutural de *commodities*.

O ponto alto da análise do autor é o vislumbre de uma inserção externa pela via primária, cujo papel central é dar solvência à dependência nas transações externas.

O autor atenta para as consequências da emergência de crises globais e aponta para a necessidade de desenvolvimento de um novo padrão de economia agrária articulado ao mercado interno.

Guilherme Costa Delgado. *Do "capital financeiro na agricultura" à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*, UFRGS, 2012, 142p.